



# Anais da Assembléia

N.º 154

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 237.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Nelson Buffara. (54)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 332/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 33/77, ex-Proposição número 273/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, objetivando realização de cursos de treinamento no âmbito da Administração Municipal no Estado do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 238.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Wilson Fortes e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erensto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Resolução número 372/77, que altera o artigo 1o., da Resolução número 37/72. Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977.

(a) Fuad Nacli.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei número 133/77, de sua autoria, que visa dar nova redação ao Art. 70 e seu parágrafo único da Lei número 6.174/70.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977.

(a) Gabriel Manoel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Starepravo, ocorrido ontem, na cidade de Paranaguá.

O extinto residia há mais de trinta anos naquela cidade, onde, graças as suas qualidades de cidadão exemplar, caráter íntegro, honesto e trabalhador, tornou-se credor da simpatia e admiração de todos quantos o conheceram e tiveram a ventura de privar de sua amizade tendo em consequência, seu desaparecimento causado geral consternação na sociedade local.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, no seguinte endereço: rua Manoel Bonifácio, número 278- Paranaguá.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977  
(a) Nelson Buffara.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserida em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações ao Deputado Otássio Pereira, que completa 25 anos de radiofonia, neste Estado ainda mais quando o mesmo neste jubileu de prata, dirige e apresenta um dos mais ouvidos programas de televisão do Estado.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977  
(a) Jayme Rodrigues Carvalho.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de regozijo à dupla sertaneja "TONICO E TINOCO", que completa 35 anos de vida artística dedicada ao Rádio, Cinema e Televisão, levando aos lares brasileiros a alegria, notadamente, ao tão sofrido homem do campo.

Requer, outrossim aprovado este, seja dado ciência aos dois artistas.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977.  
(a) Jayme Rodrigues Carvalho.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, voto de regozijo dirigido à Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná, pela iniciativa da realização do 1o. Painele de Jornalismo que se promove nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977.  
(a) Valter Pietrângelo.

## JUSTIFICATIVA:

A par de interessante mostra fotográfica de brilhantes profissionais de nossa Imprensa, importantes assuntos relacionados às atividades da classe vem sendo debatidos com a participação de eminentes jornalistas procedentes inclusive, de outros Estados.

É justo que esta Casa reconheça o valor da promoção, pois novos horizontes estão sendo delineados através da mesma.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja revogado o regime de urgência aprovado na sessão de 06 de agosto de 1975, ao Projeto de Lei número 120/74, de sua autoria, e que visa criar o Distrito Administrativo de Rosário, no Município de Grandes Rios, em face da solicitação de nova documentação à Municipalidade de Grandes Rios, pelo extravio, quando da restauração do projeto, dos documentos que instruíam o processo.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977  
(a) Fabiano Braga Côrtes.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, requeiro à douta Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de apelo ao Exmo. Senhor Secretário das Finanças, Doutor JAYME PROSDÓCIMO, no sentido de que Sua Excelência haja por bem determinar a liberação,

até o próximo dia 20 de dezembro, do pagamento aos municípios, da 2a. parcela da quota de participação no produto da arrecadação do Imposto relativo à Circulação de Mercadorias — ICM, tendo em vista o prazo já estabelecido para tal, ou seja até o dia 25 de dezembro, que trará às comunas dificuldades para sua aplicação no pagamento dos seus compromissos, como vencimentos dos professores municipais, funcionários etc., que pretendem fazê-lo antes do Natal.

Salas das Sessões, em 24 de novembro de 1977  
(a) Fuad Nacli.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja enviada ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Exmo. Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, cópia de inteiro teor do pronunciamento feito nesta data, em Sessão Plenária, do qual anexamos uma cópia ao presente.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977  
(a) Alfredo Gulin.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministério do Trabalho, enfatizando a necessidade da reabertura de inscrições para o registro de jornalistas.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977.  
(a) Valter Pietrângelo.

## JUSTIFICATIVA:

A liberdade de imprensa é apenas um dos aspectos das liberdades públicas.

Embora sendo um dos aspectos das liberdades públicas, a liberdade de imprensa tem sua peculiaridade como liberdade de informação e comunicação, de que deve usufruir todo o povo.

Lutamos para que cada vez mais a imprensa preste seus inestimáveis serviços à coletividade e atue, influenciando em todos os campos da atividade social.

Lutamos lado a lado com as instituições políticas, para os quais a imprensa constitui um corolário de ação e pensamento.

A imprensa é o registro da vida econômica, política e social em sua essência.

O direito de todo o povo à comunicação e informação é o que confere, no entanto, à imprensa seu valor e sua função social.

Daí por que o acesso à imprensa, vale dizer à comunicação e informação organizadas, é um direito de todas as classes sociais.

Acesso não só em ser referida como notícia ou informação eventual ou constante, mas acesso como produtora da própria informação organizada.

Em outras palavras, é impensável uma imprensa cerceada, castrada. Como é impensável uma imprensa anti-social. Precisamos da imprensa não só aberta à informação e comunicação social como permanentemente aberta ao ingresso de representantes das classes sociais diversas e até a existir imprensa para categorias profissionais, classes sociais e regiões.

E então como chegar à profissionalização? Como chegar ao aprimoramento do profissional de imprensa?

Há apenas uma forma defendida pelas pessoas de bom senso.

Intuitivamente, as. direções sindicais e as próprias delegacias de trabalho têm relutado na aplicação draconiana de uma lei anti-social recentemente editada, como um dos pacotes

destes tempos de angústia política.

Na verdade, por inadvertência ou por estreiteza em sua visão profissional, alguns profissionais nem sempre tão profissionais ou nem sempre com a visão política e social necessárias, exigiram da Junta Militar que sucedeu o senhor Costa e Silva a adoção de uma lei e regulamentos que os preservassem da concorrência social, a pretexto de garantir-lhes o trabalho.

E foi isso: em vez da garantia do acesso ao trabalho e de atividades regulamentadas, essas pessoas pretenderam obter a exclusividade da comunicação social ao mesmo tempo em que se criavam escolas de baixo nível para a formação de "profissionais do futuro".

Esses atos da Junta, inconstitucionais, pois que não conseguem justificar a comunicação social como uma especialidade fora do alcance de outras classes e pessoas, e então afrontam os direitos sociais à comunicação, acabaram ficando como um aborto, que todos temem aplicar, exceto os "novos cristãos".

Quer dizer, tem sido apenas "cavalo de batalha" de alguns poucos, nem sempre competentes, geralmente iludidos pela escolarização do jornalismo e comunicação social.

Não há dúvida que essa atividade específica que é o jornalismo, necessita ser regulamentada. Mas nada tem que ver, por exemplo, com relações públicas; e está misturada, tornando também aqui, impossível a criação de legislação e regulamentação justas e adequadas.

Para concluir, podemos traçar com clareza, os seguintes aspectos: — A ATIVIDADE DO COMUNICADOR SOCIAL, ESPECIFICAMENTE O JORNALISTA, DEVE SER EXERCIDA ATRAVÉS DE UM REGISTRO ABERTO DE PROVISIONAMENTO POR TRÊS ANOS, APÓS OS QUAIS, A QUALIFICAÇÃO PLENA DO PROFISSIONAL SERIA OBTIDA, MAS, PERDENDO-A, SE AO PRAZO DE DOIS ANOS DEIXASSE DE EXERCER SUA ATIVIDADE, ISTO É, SE ABANDONASSE A ATIVIDADE POR DOIS ANOS PERDERIA SUA QUALIDADE DE PROFISSIONAL OU DE PROVISIONADO, TENDO DE RECOMEÇAR SE DESEJASSE, A PARTIR DE NOVO PERÍODO DE INSCRIÇÃO.

Praticamente, a abertura para os provisionamentos vem caminhando nessa direção, só que com muitos artifícios e confusões, devido às pressões de pessoal mal-formado, de pessoas duplamente mal-formadas em termos escolares e em termos culturais, que esperam — iludidas pelo governo e suas escolas de jornalismo — o emprego a que teriam direito.

Os profissionais que há muito militam na atividade jornalística, sabem que já não satisfaz a ninguém a atual regulamentação e que tudo ali na legislação é questionável.

Agora mesmo, através da Câmara Municipal de Maringá, da minha cidade, por iniciativa do ilustre Vereador José Maria Bernardelli, recebi expediente, solicitando a abertura de inscrições para o registro de jornalista.

Na verdade, o que se deseja é uma ação efetiva da parte do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e da Delegacia do Trabalho, para novos registros. Porém, muito mais, aproveitando que o atual presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, senhor Ayrton Batista, é, ao mesmo tempo, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, que lance a todos os profissionais e interessados, o desafio de uma avaliação social de sua atividade, que honre efetivamente a categoria, isto é, que se façam os estudos necessários das responsabilidades e direitos na área da Comunicação Social, que não pode constituir privilégio de um grupo, escolarizado ou não, embora se reconheça seu pleno direito à regulamentação, que na verdade depende muito mais dos próprios profissionais do que do governo. É preciso que as entidades sindicais cobrem força para estabelecer os critérios seletivos que não devem ser burocráticos, nem estatais.

Finalizando, tomo a liberdade de solicitar o envio de

cópias do ofício da Câmara de Vereadores de Maringá ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, à Delegacia do Trabalho e ao Ministério do Trabalho.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais; e após ouvido o Plenário, requer seja solicitado ao Exmo. Senhor Secretário de Transportes, Dr. Osires Sthenguel Guimarães, estudos para que seja incluído no plano asfáltico de 1978, o trecho que liga Jataizinho a Rancho Alegre.

Requer ainda, uma vez aprovado seja enviado cópia do presente ao Senhor Secretário de Transportes.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

## JUSTIFICATIVA:

Um dos municípios mais antigos do Paraná, é o de Jataizinho, de cuja comarca, à época foi desmembrado o atual Município de Londrina, um dos de maior projeção no interior do Brasil atual.

Banhado pelas águas do Rio Tibagi, tem o seu passado como ex-colônia militar, de onde partiram unidades militares com destino ao Estado de Mato Grosso durante a guerra do Paraguai, tendo sido um dos poucos municípios paranaenses visitados por D. Pedro II.

O represamento das águas da barragem na represa de Capivara aumentou o potencial turístico de Jataizinho, o qual já conta com clubes náuticos sediados à margem do rio que emulda a cidade, atraindo inúmeras pessoas, inclusive para a pesca.

Celeiro de conceituadas e modernas indústrias cerâmicas, contribui Jataizinho com seus produtos de qualidade e marca conhecidas, para o desenvolvimento e progresso do setor de construções do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e outros.

A administração municipal está tomando todas as providências necessárias para dotar Jataizinho de infra-estrutura para a exploração do turismo em alta escala particular e oficial.

Por tudo isso, Jataizinho tem uma reivindicação especial a fazer ao dinâmico Governador do Estado, qual seja o asfaltamento da estrada que liga a sede do município ao de Rancho Alegre, numa região de farta produção mas, de escoamento difícil e caro pela ausência do asfalto.

Entendemos que o citado trecho, estando incluído no plano rodoviário do Governador Jayme Canet Júnior, está valorizando sobremodo a terra e a produção paranaense, com o que, sem dúvida a histórica região de Jataizinho será totalmente incluída na área de progresso do Paraná.

## PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 165/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão — APAECAM —, com sede na cidade do mesmo nome, é uma associação civil, de caráter assistencial e filantrópica, sem intuito lucrativo e com duração indeterminada. Tem como fins:

a) promover o bem estar e ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem;

b) estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas

dos excepcionais, sendo justo portanto, seu reconhecimento de utilidade pública, para o que se espera a acolhida dos nobres Pares por ser de justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Gabriel Sampaio**). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os jornais paranaenses manchetearam, no dia de ontem, as obras rodoviárias do Paraná, com prioridade para o ano de 1978.

Felizmente, o Estado do Paraná, para o ano de 1978, foi mais agraciado do que em anos anteriores. Está aí anunciada a continuidade das obras da Rodovia BR-116, trecho Curitiba-São Paulo, na Curitiba-Paranaguá, na Curitiba-São Luiz do Purunã e no contorno de Curitiba. Obras estas asseguradas para o ano de 1978, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Ocorre, Sr. Presidente, que a rodovia federal de maior importância que corta o nosso Estado, região mais rica e produtiva do Paraná, já servida por estrada federal, Norte do Estado que luta de longo tempo, pela conquista da duplicação da BR-369, que foi esquecida, que foi relegada a um segundo plano, que culminou por permanecer abandonada e esquecida.

É com segurança, uma das vias que se inclui entre as três de maior tráfego de nosso País, com a construção de Itaipu, razão que justifica, plenamente, a preocupação do Governo Federal para com as obras anunciadas prioritárias para o ano de 1978; deixaram os técnicos do DNER, os homens responsáveis por este setor, de analisar a importância da BR-369, até mesmo relacionada ao complexo binacional Itaipu.

O índice de acidentes nesta Rodovia Mello Peixoto, durante os últimos anos, tem sido um dos maiores do País. Acidentes que lá ocorrem, são devidos ao elevado tráfego de veículos já insuportável pela pista, normalmente abandonada e esquecida da BR-369.

É chegado o momento portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governador Jayme Canet Júnior, homem veiculado ao Norte do Estado, assumo o comando que lhe cabe: dirigir. Senhores Prefeitos, Vereadores de todo o Norte do Paraná, já estão participando, de longo tempo, para a conquista da duplicação da BR-369, interligando São Paulo ao Paraná, através de Ourinhos, Londrina, Maringá, passando por dezenas de municípios paranaenses.

Assim sendo, nesta oportunidade, solicitamos aos nobres Pares para que dêem apoio a um requerimento de nossa autoria, que solicite envio de telegramas aos Srs. Presidente da República, Ministro dos Transportes e ao Diretor do DNER, vazado nos seguintes termos: (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer, envio de telegramas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República; Ministro dos Transportes e ao Diretor do D.N.E.R., nos seguintes termos:

EXCELENCIA:

NOME POVO PARANAENSE VG APELAMOS VOSSA EXCELENCIA INCLUSÃO DUPLICAÇÃO BR-369 VG RODOVIA MELO PEIXOTO OURINHOS-LONDRINA-MARINGÁ VG ENTRE JUSTAS PRIORIDADES D.N.E.R. FIXADAS 1978 PT

RESPEITOSAMENTE

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977."

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos que o DNER inclua entre as obras prioritárias para o próximo ano a duplicação da BR-369.

Temos conhecimento de que Prefeitos da Região Norte do Paraná, há pouco tempo, receberam e anunciaram os telegramas de vários setores da administração federal, confirmando a construção da outra pista da BR-369. O que agora deixa de ser anunciado e certamente, se os paranaenses conscientes do Norte do Estado, com o apoio de todos os políticos desta Casa, com o apoio de todos os Srs. Deputados, não erguerem as suas vozes, estará o Norte do Paraná, mais uma vez, prejudicado, esquecido, relegado, continuando tão somente, a produzir riquezas para o nosso Estado e tendo a Rodovia do Café, tão somente como a rodovia do "vem e não volta", rodovia, carreando recursos para a Capital do Estado, para o Governo que centraliza o poder neste Estado, e nesta Nação, sem quase nada receber, principalmente no setor de malhas rodoviárias, do Governo Central, do Governo Federal, assim como do Governo Estadual que tem realizado alguma coisa, mas que muito está a dever ao Norte do Paraná.

Assim sendo, Sr. Presidente, aguardando a aprovação desta Casa e esta matéria a nosso ver, justa e de direito, aqui viemos, tão somente para pedir justiça ao Norte do Paraná, com a duplicação da Rodovia BR-369 que tantas vidas preciosas tem ceifado, nos últimos tempos. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Gabriel Sampaio**). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados.

Informações procedentes da cidade de Nova Londrina, dão conta de que, arbitrariedades e até atos de violência estão sendo cometidos por agentes do setor de Fiscalização do Estado que realizam uma autêntica "blitz" em toda a região do Extremo-Noroeste.

As informações, Srs. Deputados, dão conta de que a equipe de fiscalização, comandada pelo Sr. Jayme Prosdócimo, está ocasionando seríssimos e gravíssimos transtornos aos sacrificados comerciantes já vitimados pelo inconcebível modelo econômico que assola a Pátria brasileira.

As reclamações, Srs. Deputados, dão conta de que verdadeira invasão está sendo feita pelos agentes da Fiscalização, aos estabelecimentos comerciais que, alheios a qualquer forma de diálogo, ameaçam, estribam-se em suposições, devassam, inclusive, cofres; chegam até ao ponto extremo de manipular o dinheiro que encontram.

Isto nos faz logicar que, funcionários da Secretaria de Finanças, destituídos de qualquer preparo, portando-se mesmo de forma brutal, agem inconvenientemente, gerando intranquilidade e insegurança, asoberbando as já insuportáveis dificuldades registradas no exercício do comércio, pelo excessivo peso da carga tributária.

Por esta razão, Sr. Presidente, nós propomos o seguinte requerimento: (lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Finanças, consubstanciado no pedido da seguinte informação:

QUAIS OS INSTRUMENTOS LEGAIS QUE ESTABELECEM E DISCIPLINAM O INTER-RELACIONAMENTO HAVIDO ENTRE O FISCO E CONTRIBUINTE, E O QUE DETERMINAM?

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é motivada por informações procedentes da cidade de Nova Londrina, dando conta de que arbitrariedades e mesmo atos de violência estão sendo cometidos por agentes do setor de fiscalização do Estado que realizam autêntica "blitz" em toda a região do Noroeste, ocasionando

nando sérios e gravíssimos transtornos aos sacrificados comerciantes já vitimados pelo inconcebível modelo econômico implantado no País. São perpetradas verdadeiras invasões a estabelecimentos comerciais pelos fiscais que, alheios a qualquer forma de diálogo, ameaçam, estribam-se em suposições, devassam cofres, chegando ao extremo de manipular o dinheiro que encontram. Funcionários da Secretaria de Finanças destituídos de quaisquer preparos, portando-se mesmo de forma brutal, agem inconvenientemente gerando intranquilidade e insegurança, assoberbando as já insuportáveis dificuldades registradas no exercício do comércio, pelo excessivo peso da carga tributária."

Por outro lado, Srs. Deputados, atendendo, ontem, à indiossincracia do Presidente desta Casa, trazemos, hoje, dois requerimentos:

Um deles, requerendo inserção em ata, de um voto de regozijo dirigido à Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná, pela iniciativa da realização do I Paine! de Jornalismo que se promove nesta Capital; e outro, onde requeremos envio de ofício ao Ministério do Trabalho, enfatizando a necessidade da reabertura de inscrições para registro de jornalistas, em cujo requerimento, nós propomos ampla justificativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando preconizamos, digo, quando pretendemos preconizar que a atividade de comunicador social, especificamente, o jornalista, que entendemos mais como vocação que, propriamente, como escolaridade, deve ser exercido através de um registro aberto, provisoriamente, por 3 anos, após os quais para autorização plena profissional será, obtida. Mas, perdendo-a se ao prazo de 2 anos, deixar de exercer sua atividade, isto é, se abandonar a atividade por mais de 2 anos, perderia sua qualidade profissional, tendo de recomeçar se desejasse partir para um novo pedido de inscrição.

Propomos, então, os 3 requerimentos à consideração da Casa. Apenas, Sr. Presidente, enfatizando que demos uma ilustrada nos 2 requerimentos ontem recusados pela Presidência, e que, lamentavelmente, não pudemos colocar, aqui, uma fitazinha etc., dar uma colorida nos 2 requerimentos para, quem sabe, preencher as exigências da Presidência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente que, por força de requerimento aprovado pela Casa, será dedicado ao Dia Universal de Ação de Graças, dividindo-o entre as duas bancadas.

Inicialmente, concêdo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, que falará em nome do MDB.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a aprovação do requerimento de nossa autoria em data de ontem, e por designação do Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, ocupo a tribuna para, modestamente, procurar associar-me e, em nome da minha bancada, à comemoração do Dia Universal de Ação de Graças que, hoje, comemora-se.

Leio, inicialmente, uma oração de N. Cappellari fsp — do opúsculo: — Quero ser livre. (Lê):

"SENHOR!

Vós me fizestes semelhante a vós, em tudo, também na comunicação.

Não sei viver sozinho.

Preciso dos outros

Preciso senti-los ao meu lado

Preciso escutá-los

Preciso que me escutem

Preciso me comunicar.

SENHOR!

Preciso tanto dos outros que, às vezes, não sei pensar com a cabeça maravilhosa que vós me destes.

Penso com a cabeça dos outros.

E esqueço-me desta capacidade tão grande de pensar, de querer, de agir.

Eu vos agradeço tudo isto, Senhor,

E quero fazer-vos um pedido:

Que eu saiba filtrar tudo o que ouço, leio e vejo.

Que eu só permita que penetrem em mim o bem, a verdade, o amor.

SENHOR!

Que eu colabore

para tornar esta maravilha que sou eu

cada vez mais semelhante a vós!"

(N. Cappellari fsp - do opúsculo: Quero ser livre).

É provável que o "DIA NACIONAL DE AÇÃO DE GRAÇAS" seja a data mais significativa e feliz na história da família brasileira, porque tem o privilégio de unir os valores cívicos, sociais e espirituais religiosos, tornando-se um dia de força "forte e suave", suficiente e eficiente para unir-nos com vínculos que entrelaçam também o nosso SER, formando um corpo único em DEUS, amalgamados pela lei do amor FRATERNAL E CRISTÃO, que Jesus Cristo veio implantar na "terra de nossos corações"!

Agradecemos a Deus, por termos um dia estabelecido por Decreto-Lei, no qual nos detemos para render ação de graças ao Criador, à Pátria, aos Irmãos e à Natureza, pois, somente parando se torna possível REFLETIR e adquirir a capacidade de decidir e fazer opções.

O homem atual, trepidante, exteriorizado e automatizado, massificado, não possui mais liberdade nem poder de decisão, e vai aceitando tudo como "coisa natural". É importante, pois, UTILIZAR estas "paradas" na vida, que aliás não são muitas, e num ato muito consciente e responsável dizer: Muito obrigado, meu Deus! E diante de Cristo que se fez "um de nós", fazer o inventário do ano que passou, para averiguar individualmente como se usou o "coração", o que fizeram as "mãos" e que "rastros" nossa vida deixou na vida de nossos familiares, daqueles que chamamos de amigos, daqueles com os quais trabalhamos e, enfim, na pessoa daqueles todos que cruzaram pelos nossos caminhos, desde o último dia de ação de graças até este que temos a graça de celebrar.

É sendo irmãos-amigos que "somos a imagem e semelhança de Deus", o que de antemão já sabemos. O reconhecimento agradecido desta verdade é a qualidade e dimensão dessa transcendência do homem que irrompe em AÇÃO DE GRAÇAS, que não se resume numa celebração, mas se traduz em atitude que dá sentido à vida, vendo nela e dela fazendo uma habitação ampliada da casa paterna.

Nesta casa paterna, em que

"A mãe está triste, porque o filho não reconhece;

O professor está magoado, porque o aluno permanece distraído; O operário, o guarda e a faxineira reparam com tristeza que continuam marginalizados; ninguém os saúda.

Deus também reparou que os ídolos da ciência e da técnica que rem lhe tirar cada vez mais o lugar de centro.

Por toda parte se ouvem queixas, ninguém agradece, somos ainda mal-educados.

Agradecer é deixar de olhar para si e começar a ver o OUTRO;

Agradecer é deixar de chorar e pedir; agradecer e doar;

Agradecer é deixar de ser mal-educado, para se tornar agradecido;

Começamos tomando consciência do OUTRO;

Chegaremos a agradecer, a medida que tomarmos consciência de que o outro nos ajuda e nos ama;

Um simples OBRIGADO expressa sublime ação de graças.

Com um obrigado, comunico o sentimento maravilhoso que tenho dentro de mim.

Com um obrigado, digo todo o amor que experimento na hora.

Com um obrigado, dou um sinal do mundo que permaneceria escondido;  
Com um obrigado, deixo minha solidão para um encontro de pessoa a pessoa.  
Com um obrigado, eu abraço um outro mesmo sem ter braços.  
Com um obrigado, eu reconheço o OUTRO mesmo sem ter olhos.

Com um obrigado, chego do zero ao infinito.

Com um obrigado, estabeleço laços.

Com um obrigado, dou significado ao aperto de mão.

Com um obrigado, confraternizo com Deus e o mundo IRMÃO"

E neste momento, num estreitado abraço fraterno, fazemos uma prece ao Senhor:

- Deus, nosso Senhor e Pai, hoje te agradecemos porque tu fizestes unidade conosco e assim somos irmãos.
- Cristo, tu és a substância do Pai ao nosso alcance. E Deus não apagou sua glória para chegar à mesa do mundo e servir. A base de imolação é que somos nele irmãos também entre nós. Por isso Senhor, agradecemos essa nossa grandeza e sacralidade de pessoa humana, que se torna destaque e número especial no conjunto do universo.
- Nós te agradecemos, Senhor, por ser a pessoa humana a síntese do universo, e representar o que de mais perfeito nele há, e pela razão de ser o "sacramento natural" adequado que leva a Deus. Nas pessoas descobrimos um além. Nos traços do rosto humano transparece Deus; e nesse reflexo, de repente, a gente se surpreende existindo, e sendo chamado a ser mais, numa ânsia que não se acomoda.
- Senhor, se ao te agradecermos por tantos privilégios e favores continuarmos a ser as medidas ou proceder nas formas que lamentamos hoje, o nosso agradecimento se tornaria uma blasfêmia.
- Purifica Senhor os nossos lábios, dá-nos mãos limpas para alçá-las ao céu, entoando um hino de louvor e gratidão, assumido no compromisso de honrar o sangue redentor de Cristo na vida dos homens todos, sem distinção de classes ou categorias.

"Antes e depois de dizer OBRIGADO SENHOR, haveremos de respeitar a presença de Deus na carne e na consciência de todos os homens, especialmente os mais necessitados. Amém".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Designado pela ARENA para falar em nome da bancada no dia em que se comemora o Dia Universal de Ação de Graça, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Depois desta magnífica oração que fez o nobre Deputado Antônio Facci que aliás, não é de se estranhar e não se constitui exceção, os pronunciamentos deste nobre Deputado nesta Casa, sempre cativaram a todos.

Depois deste pronunciamento quase nada se tem a dizer sobre o Dia Nacional de Ação de Graça, todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu cumpro com a missão, missão para mim altamente honrosa que foi a designação de minha pessoa, pelo Líder da ARENA nesta Casa, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, para que falasse em nome do meu Partido, neste Dia de Ação de Graças de 1977, e naturalmente, a Casa toda sabe, que na última quinta-feira de novembro, foi instituída como o "Dia Nacional de Ação de Graças" para que o povo brasileiro agradeça à Providência Divina, as mercês recebidas durante o ano todo; benefícios coletivos e pessoais, e seja reafirmada também neste Dia, a necessidade de empenho de cada um, para que impere nesta Casa, a paz, dela tanto estamos necessitados.

Como Casa política, onde nem sempre infelizmente,

a paz é o sentimento norteante de todos os debates que aqui se travam, a data de hoje merece efetivamente, meditação.

O clima psicológico reinante num Parlamento, nós sabemos, claro, é ditado pelo diapasão dos debates, e somente será propício o encontro das questões mais elevadas, na medida em que as questões pessoais, sejam absorvidas como consequência natural de diferenças temperamentais. Que haja evidentemente, somatórias de sentimentos positivos, em torno da nossa real missão que é representar com dignidade e trabalho, o povo que nos deu o mandato e a cujos serviços estamos nesta Casa, exclusivamente a serviço da coletividade.

Quanto ao que agradecer, quero antecipar um trecho da Mensagem que será lida nesta noite, pelo Sr. Ministro da Justiça, para todo o país e assinada pelo eminente Presidente Ernesto Geisel, o trecho que diz que somos agradecidos a Deus, por nos ter dado a capacidade de grande firmeza, sem incentivar o ódio, e o de ter perfeita compreensão, sem cair na tolerância do mal, possibilitando o conviver tranqüilo dos cidadãos e ainda dos governantes e governados.

S. Exa. invoca nessas palavras, a irmanação do povo, pedindo também que as grandes questões unam suas mais autênticas expressões que ele, Presidente identifica como sendo a Igreja de Cristo, a Imprensa responsável, associações de classe e associações de cultura; e eu incluiria as forças armadas que são povo também.

Embora hoje se procure dar conotação diferente.

Acreditamos que temos a agradecer no campo institucional e político, a revisão de métodos que entendemos como já batizados, como reabertura do diálogo nacional, mas que seja um diálogo para valer.

Que não se constitua, que não se transforme num monólogo.

Porque é inevitável, eu acho e toda a Nação brasileira acha, que os homens responsáveis pelo regime, devem sentir isso.

Que é inevitável o fim do arbítrio e a inovação de leis que favoreçam o cumprimento do compromisso democrático que a Revolução brasileira, assumiu perante o povo em 1964.

Temos a agradecer principalmente, essa tomada de consciência que mobiliza a Nação brasileira.

Evidente, exatamente nas manifestações dos setores dito expressivos, pelo próprio Presidente da República, Ernesto Geisel, pois é evidente, é inegável, é claro, é cristalino, que os setores básicos da Nação, como o Clero, a Imprensa, os políticos, lideranças classistas e sindicais e as próprias Forças Armadas, todos eles têm como único, imperativo, objetivo, o aperfeiçoamento das instituições e do regime, a bem da concórdia nacional e do desenvolvimento com justiça social. Em cuja raiz estão as liberdades públicas e privadas.

E não se deve entender democracia de outra forma.

Para mim não existe democracia relativa.

Para mim só existe democracia no duro.

E todos esses setores, tão importantes na vida da Nação, reconhecidos pelo próprio Presidente da República, querem tão somente isto no dia Nacional de Ação de Graças.

Em termos locais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradecemos ao Senhor, pelo privilégio de vivermos neste Paraná, hoje talvez o Estado da União que vive com menos intensidade, as consequências da delicada situação econômica do País. Embora, declarações em contrário — ela é palpável, ela é inegável, que é difícilima; mas o Paraná vive-a com menos intensidade.

Por isso devemos agradecer a Deus, e porque é que nós vivemos com menos intensidade, as dificuldades econômicas por que passa toda a Nação brasileira? É graças à velocidade com que se desenvolve o Estado. E a comunhão de objetivos entre o atual Governador do Paraná, Sr. Canet Junior, queiram



ou não queiram os que lhe fazem oposição, hoje um homem perfeitamente entrosado com a livre iniciativa e que tem uma administração reconhecida como boa, por todo o povo paranaense.

Em 5 anos, e aí já atingindo outros períodos governamentais, a produção agrícola do Paraná dobrou.

As exportações triplicaram.

Em igual ritmo expandiram as demais atividades econômicas.

E o importante é que esse ritmo está sendo acompanhado "pari passu" pelo poder público, pelo atual Governo, a quem compete evidentemente favorecer condições estruturais para que a aceleração não esmoreça, mas se projete com ímpeto igual ou maior.

Agradecemos neste dia nacional de Ação de Graças as oportunidades de trabalho que se têm aberto graças a este processo; agradecemos a oportunidade de vida melhor que se abre aos homens de todos os quadrantes deste Estado, fruto, em primeiro lugar, da generosidade da terra, depois da operosidade de nossa gente, e da dedicação de seus Governantes.

Acreditamos que erros há, claro, quem não os tem, quem não os comete, principalmente na pública administração.

A perfeição não é, evidentemente, atributo do homem, mas existe infinitamente, mais a agradecer do que a lamentar ou pleitear.

E este é um privilégio que a providência divina oferece a nós, povo paranaense.

E por tudo isto, seja, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, este Dia de Ação de Graças de 1977, um momento de meditação para assunção de melhores e maiores propósitos e pelos benefícios pessoais, comunitários, nacionais que premiam a humanidade, por tudo isso, meus queridos companheiros desta Casa e representantes deste generoso povo paranaense, agradecemos ao SENHOR.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A iniciativa do Dia Nacional de Ação de Graças coube ao extraordinário brasileiro, General Euríco Gaspar Dutra, quando Presidente da República deste País.

Mais tarde oficializado pela Santa Sé, é adotado hoje universalmente por mais de 20 Países, que, a exemplo do Brasil, dedicam a última quinta-feira do mês de novembro ao Dia Universal de Ação de Graças.

A Mesa congratula-se com o Movimento Democrático Brasileiro e com a Aliança Renovadora Nacional, e com todos os Srs. Deputados que tiveram a feliz iniciativa de dedicar o Grande Expediente desta sessão à Comemoração do Dia Universal de Ação de Graças, e deseja ardentemente que os votos feitos pelos Srs. Representantes de ambos os Partidos aqui representados, sejam o apanágio dos trabalhos futuros desta Casa de Leis.

A Presidência anuncia que, para falar em Explicações Pessoais, após votada a Ordem do Dia, estão inscritos os Srs. Deputados Alfredo Gulin e Edilson Alencar. Cabe à Mesa anunciar também haver recebido da Comissão de Orçamento pronto, e em condições de ser colocado à consideração do Plenário, em 3a. discussão a votação do Projeto de Lei número 132/77—ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO e na sessão matutina de sexta-feira, haverá de anunciar a matéria para a sessão ordinária da próxima terça-feira, dia 29 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, nos seguintes termos: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, após ouvido o Plenário, no uso de suas atribuições regimentais, requer preferência de votação do Projeto de Lei número 63/76.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977."

Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sendo proposição regimentalmente isenta de discussão, não cabe, nos termos do Regimento Interno, encaminhamento de votação.

A Presidência lamenta profundamente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, solicito uma Questão de Ordem, posto que se trata de uma colocação de dois projetos de lei. E V. Exa., Presidente desta Casa, há de convir que está em 2a. discussão dois projetos que versam sobre a mesma matéria.

Um de autoria de um Sr. Deputado da ARENA, outro, do MDB, mais antigo do que esse que se está requerendo preferência de votação.

Então, para que não haja injustiça que invoco o bom senso de V. Exa.

Inclusive, no encaminhamento de votação vou falar sobre a matéria.

Porque acho que esta Assembléia não pode discutir matérias contrariando princípios legais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência faz um esforço enorme para que se cumpra o Regimento. E está sendo, insistentemente cobrada para que assim proceda.

A Presidência agiu regimentalmente ao confeccionar a Ordem do Dia da presente sessão, colocando preferencialmente, por data de apresentação a proposição de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci.

Regimentalmente, o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva requer preferência de votação para matéria que versa sobre o mesmo assunto.

A Presidência, regimentalmente, volta a colocar em votação do requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram conservar-se como estão.

Aprovado o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e fará verificação de votação.

15 Srs. Deputados rejeitam o requerimento; 14, aprovam. REJEITADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 142/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que institui normas disciplinadoras, para declarar de Utilidade Pública entidades constituídas no Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 136/75, de autoria do Deputado ANTONIO FACCI, que cria com território desmembrado do Município de MARIA HELENA, o Município de DOURADINA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos sido insistentes, desde o início de mandato, na observância, não dos preceitos constitucionais vigentes, mas do

princípio constitucional das Cartas Políticas as mais liberais e consentâneas com o regime democrático.

Todavia, Sr. Presidente, após a Revolução, surgiram Legislações excepcionais, buscando subtrair a autonomia dos Estados e dos Municípios e simultaneamente, no curso da edição destas leis, várias delas já por mim criticadas, uma das quais busca instituir a forma disciplinadora de modificação da estrutura administrativa dos Municípios e dos Distritos Municipais.

A Lei Complementar número 46, editada ainda no Governo de Castelo Branco em 1967, que obedeceu ao Estatuído no Artigo 14 da Constituição de janeiro de 1967, buscou regulamentar a matéria que ora se discute, que seria a divisão ou criação de Municípios no território dos Estados-membros.

E esta Legislação, ditada pela Lei Complementar número 1, exige uma série de observâncias para a criação de Municípios. Entre elas, entre estas exigências, está a Certidão de que o IBGE deverá fornecer à população, que consta do Artigo 2 da Lei Complementar, o número de casas na sede do povoado, que, por certo, está pedindo a emancipação e a população remanescente do Município do qual se desmembra; além do memorial descritivo da área, seus limites, confrontações do território emancipado; a certidão do Tribunal Regional Eleitoral, provando a existência mínima de eleitores, quer seja, dez por cento da população municipal, na forma, ainda, desta Lei complementar.

Quando este projeto, quando esta pretensão legislativa, reunida em uma série de documentos passou pela Comissão de Constituição e Justiça da qual eu fazia parte, fui designado Relator desta matéria, e, observei que existiam dois projetos, de dois eminentes Deputados, com datas diversas, o primeiro consoante inclusive está na Ordem do Dia, de autoria do Deputado Antônio Facci, e, o outro, de autoria do Deputado Wilson Fortes.

Posteriormente, o projeto, ou os processos, os autos de processo na minha mão, requeri, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que esses procedimentos fossem reunidos, porque versavam sobre a mesma matéria e, como medida de economia, como medida de justiça, e tendo em conta que um e outro versavam sobre a mesma matéria, sobre a mesma pretensão dos eleitores e do povo de Douradina, foi atendida aquela solicitação e reunidos os processos; e uma vez reunidos esses processos, voltou-se à Comissão, para apreciação e cumprimento das diligências que se havia então requerido. E as diligências versavam na viabilidade dos documentos que a Lei Complementar exige, e um dos Deputados que se interessou pelo cumprimento das exigências legais, além dos proponentes, foi o Deputado Augusto Carneiro, que se locomoveu à localidade e ao próprio Juiz daquela comarca, para buscar a certidão e o cumprimento das exigências legais.

Naquela oportunidade, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça o eminente Deputado Paulo Camargo, evidentemente que, no Parecer que este Deputado exarou na ocasião, dizia-se que era para esta Assembléia buscar o cumprimento do seu dever, que, era, dar completa exaçaõ aos preceitos da lei; e "a posteriori", ainda não cumpridos os requisitos legais, o processo, ou os processos tiveram novo trâmite e alcançaram novamente um desiderato, ou uma pretensão, das primeiras proposições isoladas. E vejo, Sr. Presidente, que, aqui, depois deste Deputado haver requerido e o requerimento aprovado à reunião dos processos, eles foram novamente desmembrados. Não sei por qual expediente esses processos se desmembraram, tomaram cursos autônomos e independentes entre si, e, é dever desta Assembléia Legislativa legislar, nas formas das leis vigentes.

Não vejo razão, Sr. Presidente, para se dar trâmite e é esta uma das proposituras que quero fazer aqui desta tribuna no final da minha oração, no final da discussão deste projeto.

Não é possível, Sr. Presidente, que a lei, exigindo uma

tramitação diversa daquela que está sendo feita, que possa, este Poder, deliberar antecipadamente uma matéria, porque a Constituição e a Lei Complementar reservou competência exclusiva e apriorística, ao Presidente da República, através do Ministério da Justiça.

**O Sr. Muggiati Filho** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fidelcino Tolentino, o fato é, talvez, sem precedentes na História Legislativa brasileira. Porque nós acreditamos, ainda, que se chegue a bom termo, em relação ao problema. Mas, se ele prevalecer, ou no caso de prevalecer um problema desta natureza, de 2 projetos idênticos, coincidentemente idênticos, do Processo Legislativo, sem chegar a esse ponto que V. Exa. chegou mas, para dizer o seguinte: — Nunca se viu, não se tem notícia na história legislativa do Brasil, que projetos idênticos, restasse um e fosse outro, ou outros, como há casos de mais de 2 projetos idênticos serem aprovados, são fatos que repetem a cada passo, não há precedente de tenha havido caso de serem recusados uns, em favor de outros. E seria, realmente, um discricionarismo inqualificável; mas, nós temos, quero repetir a V. Exa., a impressão de que em se tratando de caso que V. Exa. com muita propriedade está abordando, não se estabelecerá esse precedente; seria dos piores para a história legislativa paranaense, porque as partes, ou os autores interessados, tenho quase certeza absoluta, chegarão a uma conclusão satisfatória para não entrar nessa outra parte que V. Exa. está aludindo com referência aos pressupostos do projeto.

Mas, veja bem V. Exa., Deputado, um ponto importante também, é este focalizado por V. Exa. quanto à desanexação, porque o art. 152 do Regimento Interno, diz claramente — é proibido, expressamente, ao Deputado, discutir matéria vencida, podendo, apenas, enviar à Mesa simples declaração escrita de voto. De modo que é uma matéria vencida, como V. Exa. relatou e que havia sido aprovada em Plenário; em Plenário, a anexação do projeto e, posteriormente, essa matéria vencida se transformou ao contrário daquilo que era vencido. Quer dizer, seria o caso de não existir mais coisa julgada, no Tribunal, após dada a sentença com trânsito em julgado, declarasse aquela sentença sem trânsito em julgado. Não haveria mais conformidade...

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Nós entraríamos num caos jurídico...

**O SR. MUGGIATI FILHO** — E, principalmente, no social, entraríamos no caos da própria sociedade.

Veja, então, V. Exa. na oportunidade em que está na tribuna e quero hipotecar a V. Exa. a nossa inteira solidariedade e fazer deste aparte, também, as aduções que teríamos a fazer com relação ao caso, sabendo que será, plenamente, esgotado por V. Exa. em todas as suas latitudes, com o descortínio jurídico que é peculiar, a V. Exa.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — V. Exa. se excede, se me permite dizer assim, no conceito a respeito do meu reconhecimento e fraco conhecimento jurídico.

V. Exa. abordou o fato de que teria sido aprovado pelo Plenário, e eu quero fazer um esclarecimento, de justiça e tempestivo a V. Exa., foi na Comissão de Constituição e Justiça. Não me recordo de ter feito aqui, em Plenário; mas, na Comissão de Constituição e Justiça invoquei, inclusive, à Presidência do Deputado Paulo Camargo, e da qual V. Exa. faz parte, e os processos foram apenas uns aos outros, pela ordem, evidentemente, da colocação, da apresentação da propositura. Mas o que me refiro e o que constrange é que a lei deve ser observada e, sobretudo, observada por aqueles que estão no conduzimento da coisa pública, sobretudo nos casos de processo legislativo. E aqui se trata de um processo legislativo específico.

**O Sr. Ivo Thomazoni** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).



— Deputado Fidelcino Tolentino, se eu ouvi bem, o eminente Deputado Muggiati Filho, zeloso guardião no cumprimento do Regimento Interno, referiu-se à anexação de uma proposição a outra. Devo, eminente Deputado Fidelcino Tolentino, frisar que regimentalmente a Assembléia Legislativa, pela sua soberania aprovou requerimento do eminente Deputado Wilson Fortes, requerendo a desanexação das duas proposições. Mas quero, especificamente detalhar ao eminente Deputado que a anexação anterior que fôra feita sem o respaldo do Regimento Interno.

Veja o eminente Deputado, que o artigo 126, do Regimento Interno, confere, o Plenário é tão somente por decisão do Plenário a capacidade de deliberar sobre a anexação de matérias, quando apresentadas através de proposições diferentes. A dois de dezembro de 76, infelizmente o Plenário, sem que tivesse havido consulta ao Plenário houve a determinação da anexação de uma a outra matéria.

Então, sim, naquela época a medida foi anti-regimental.

Medida regimental foi aquela que requereu e teve aprovada a desanexação.

Era o aparte que eu queria dar a V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu gostaria de dizer a V. Exa., para esclarecer, porque o que se busca na discussão da matéria é o esclarecimento e o cumprimento para que se estabeleça um critério no processo legislativo consoante os preceitos legais.

Referi-me que teria, na ocasião sido designado Relator da matéria.

E vazei toda a matéria num Parecer que consta dos autos. E, naquela oportunidade, requeri por escrito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a quem me parece, Sr. Deputado, está estribado em competência para fazer a reunião do processo e para efeito de exame da Comissão Técnica que deve apreciar da constitucionalidade e da justiça do procedimento.

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado Fidelcino, já que V. Exa. tem sido tão democrático em permitir que eu possa dialogar com V. Exa., eu me referiria ao artigo 126, do Regimento Interno.

Assim, está aqui: "Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo os pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só".

Tendo havido o Parecer da Comissão, não houve, todavia, a consulta ao Plenário, fato que não poderia jamais ser desprezado.

Posteriormente, eminente Deputado, sem que se invocasse a falta de cumprimento do Regimento Interno.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu não invoquei. Mas eu não fiz essa invocação.

O Sr. Ivo Thomazoni — Mas mesmo o Deputado Wilson Fortes, não fazendo esta referência, requereu com base também no artigo 126, do Regimento Interno, a desanexação de uma a outra proposição.

E com a aprovação do Plenário a Presidência não poderia deixar de obedecer regimentalmente o que o Plenário decidir. Por esta razão, já que a Presidência está impedida de prestar esclarecimentos da Mesa, para não ser considerada interventora nas discussões da matéria, como já o foi, vem a este Plenário para oferecer a V. Exa. este esclarecimento, na certeza de que o subsídio haverá e servirá, por certo, de ilustrar os Srs. Deputados sobre a medida adotada.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a V. Exa., e gostaria de conceder o aparte ao Deputado Fuad Nacli, que, me parece, desistiu, todavia, Deputado Ivo Thomazoni, o

que me parece e eu peço vênia para declinar o meu pensamento a respeito.

O que me parece é que estes dois projetos de lei, não poderiam estar entrando na Ordem do Dia, exatamente porque estão os dois eivados de vícios insanáveis para serem apreciados no Processo Legislativo.

Esta é a minha argumentação básica e fundamental; esta é a forma pela qual eu me estribo na minha argumentação.

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado Fidelcino, só mais um aparte, eu serei bem sucinto. Quero dizer a V. Exa. que não entrei no mérito na apreciação da matéria, tão somente me trouxe ao Plenário tal esclarecimento do cumprimento do Regimento Interno.

Quero deixar V. Exa. à vontade porquanto, não pretendo discutir o mérito da matéria porquanto, estou divorciado dela. Muito obrigado.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Volto a este aparte, para que talvez, devido alguma afonia de minha parte, ou mau pronunciamento em minhas palavras, mas, ao início do aparte que pedi a V. Exa., fiz uma ressalva, a de que na hipótese de ter sido aprovada, mais ou menos isso, devo ter dito, pelo Plenário, a desanexação...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para reforçar o pensamento de V. Exa., para colaborar: foi quando então eu disse que teria sido aprovado pela CCJ.

O Sr. Muggiati Filho — Pois não.

Mas, nós, poderemos ainda ir um pouquinho mais longe, se o eminente Presidente, também nos honrar com as suas judiciosas considerações no sentido de que a matéria fique definitivamente esclarecida.

Nós poderemos até hoje, firmar jurisprudência para o futuro, e vale inclusive, para o próprio Regimento Interno, porque é um fato que realmente chama a atenção.

É que este projeto já está em 2ª discussão; em primeira discussão eles foram aprovados com o Parecer da CCJ. E se este Parecer da CCJ anexou os projetos em um só para os mesmos projetos, automaticamente, a tese aprovou a anexação, referendou o que se fez na CCJ; o que não pode também ser deixado de lado, porque aprovado o Parecer da CCJ em primeira discussão, que principalmente, diz respeito mais à parte formal do projeto e à sua constitucionalidade, o Plenário declarou matéria vencida, os aspectos dos pressupostos legais e constitucionais, e o projeto estava anexado.

De modo que, como nos parece inclusive, que a matéria encontrou já uma boa forma de solução, há entretanto que se cogitar desse caráter de competência da CCJ do qual, eu também devo declarar a bem da verdade, não participo. Porque ainda recentemente, eu pedi a desanexação de proposições que considerava acumuladas dentro de uma Proposição, e esse desmembramento foi feito em plenário, com a aprovação do Plenário, embora o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça se referisse a ele neste sentido, "nesse favorável de desanexação".

De modo que eu também entendo que a matéria seja da competência exclusiva do Plenário.

E não disse coisa diferente disso.

Nem pretendi, ao invocar o Regimento Interno, também que quero deixar bem claro, para que uma vez mais como ontem tive, coisas que eu declarei e que estão escritas na minha declaração, interpretadas diversamente, ao contrário do que eu disse.

A fim de que fique bem claro também, quero dizer também que não insinuei nada contra a Presidência, contra a Mesa, contra a Comissão Executiva, contra ninguém, ilustre orador, Deputado Fidelcino Tolentino.

A minha observação diz respeito exclusivamente ao Regimento. Porque não vai existir ninguém, neste mundo

humano, mortal, que deixe de cometer erro regimental. Todos nós somos humanos e estamos na vida para aprender e para errar e para reconhecer o erro.

De modo que, eu quando erro, não me sinto ferido e quando apontam o meu erro eu não me sinto ferido em minha vaidade.

Porque eu não tenho vaidade.

Estou aqui para colaborar e recebo a colaboração de qualquer colega.

Acho, realmente, que o Presidente tem razão, quando diz que a matéria é exclusivamente de competência do Plenário.

Muito obrigado e me desculpe se me alonguei neste aparte, mas apenas para que não seja também, outra vez, mal interpretadas as minhas afirmações.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço sempre o aparte de V. Exa. que enriquece o modesto conhecimento que este Deputado tem.

E bem entendi não só o que V. Exa. disse, mas o que quis dizer que é exatamente aquilo que foi dito com clareza, sem subterfúgio.

De forma, nobre Deputado, que eu quero prosseguir, dizendo o seguinte. A matéria com o devido respeito das iniciativas, ela é da iniciativa dos Srs. Deputados.

Pode ser, não é que necessariamente precise ser.

O processo legislativo poderia se iniciar com a assinatura de pelo menos 100 eleitores; não precisaria necessariamente ser de um ou outro, Sr. Deputado.

Ocorre que a forma pela qual está sendo conduzido o processo legislativo dessa matéria, é que está errado, eivado de vícios e é insanável.

E o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, exarado pelo ilustre Presidente, Deputado Paulo Camargo, posteriormente, já dado anteriormente por este Deputado, diz o seguinte: "O processado reúne os projetos número 136/77, de autoria do Deputado Antônio Facci, e número 63/76, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, respectivamente, que têm por objetivo a criação do Município de Douradina, desmembrado do Município de Maria Helena, com as divisas que especifica.

Depois de sofrerem exaustivos estudos de parte de diversos relatores, nesta Comissão, os projetos receberam completa instrução documental, no sentido de ajustar a matéria às exigências da Lei Complementar, número 1, de 1969," — o que, data vênha, eu faço um reparo. É 1967, "que a matéria estabelece as condições mínimas para a criação de municípios", na forma da lei complementar acima descrita.

"E o que se verifica ao cumpular-se a volumosa coleção de dados comprobatórios de todas as exigências e formalidades legais, que os dois projetos ostentam.

A iniciativa — diz bem o relator está amparada em preceito constitucional e a matéria vem articulada, nos termos do Regimento Interno."

Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que me assegure a palavra, porque eu não estou podendo nem raciocinar, nem podendo coordenar meu pensamento.

"Com a notória fidelidade à Lei Complementar número 1, a propositura conta com definitivo amparo legal, merecendo por isso anuência desta Comissão".

Vejam, Srs. Deputados, que a Comissão de Constituição e Justiça disse apenas "com base na Lei Complementar número 1/77" não 69, de que tem anuência daquela Comissão para o seu devido trâmite, e a anuência que a Comissão de Constituição e Justiça deu foi de que os procedimentos poderiam dele ser extraídos os documentos necessários e exigidos pela Lei Complementar, para o seu encaminhamento ao Ministério da Justiça, para que se encaminhasse à Presidência da República, para oferecer a sua anuência.

Depois destes procedimentos, uma vez autorizado o processo legislativo, aí, então, o processo legislativo poderia se iniciar, não sem antes do plebiscito, e haveria necessidade de consulta plebiscitária, para que o processo legislativo pudesse merecer, e já, nesta fase, pudesse merecer o beneplácito deste Poder Legislativo, dos seus membros que são quem tem poder para evitar, para cirar, em último análise o Município de Douradina, como pretendem os seus eleitores.

Este seria o processo certo, conforme determinação da Lei Complementar e da Lei Complementar número 46, também, que veio depois, para sustentar o mesmo preceito já evitado pela Lei Complementar número 1, e também para satisfazer a Constituição Federal no seu artigo 14, além de obedecer o critério estabelecido pela Constituição do Estado do Paraná, cujo preceito não me recorde neste momento.

Mas, Sr. Presidente, esta é a posição que quero deixar clara desta tribuna e faço um apelo à Presidência, para que matéria desta natureza não chegue a Plenário para uma discussão sem nenhum fundamento legal até aqui e faço um apelo não só neste sentido, encaminho ainda um requerimento versado nos seguintes termos: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, requer sejam retirados da Ordem do Dia de hoje, após ouvido o Plenário, os Projetos de Lei números 136/75, de autoria do Deputado ANTONIO FACCI e 63/76, de autoria do Deputado WILSON FORTES, ambos criando o Município de DOURADINA, desmembrado do Município de Maria Helena, vez que não é este o rito que a lei prevê.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977."

Entendo, Sr. Presidente, que sendo matéria que precisa antes de ser encaminhada, com todos os documentos exigidos pela lei, ser encaminhada à Presidência da República, faço este apelo para que sejam retirados, inclusive, ao douto Plenário, apreciando este requerimento se dê o trâmite que a lei prevê.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência, antes de voltar a colocar em discussão a matéria, dá conhecimento ao Plenário de requerimento subscrito pelos Srs. Deputados Wilson Fortes e Antônio Facci. S. Exas., autores, respectivamente, dos Projetos de Lei número 136/75, e número 63/76, encaminharam requerimento com o seguinte teor: (Lê).

"Senhor Presidente.

Os signatários, autores, respectivamente, dos Projetos de Lei números 136/75 e 63/76, requerem da Mesa que receba e submeta à consideração do Plenário, a Proposição anexa, como substitutivo geral aos dois projetos antes citados, que resultarão prejudicados com sua aprovação.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977".

#### EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei números 63/77 e 136/77

#### SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1o. — Fica criado o Município de Douradina, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Maria Helena e as seguintes divisas:

— Inicia-se na desembocadura do Rio das Antas no Rio Ivaí, subindo pelo Rio das Antas até o Córrego Araponguinhas, subindo por este até a estrada que liga Maria Helena a Douradina, por este até o encontro do perímetro Fazenda Alvorada, seguindo por este até o Patrimônio São João da Boa Vista, descendo pela divisora do Município de Umuarama até a cabeceira do Rio do Índio-Ivaí, descendo por este até o Rio Ivaí, subindo por este até o ponto de partida, ou seja a desembocadura do Rio das Antas, ponto de partida. Confrontações: Norte e Noroeste com o Município de Santa Cruz do Monte Castelo — Sul e Sudeste com o Município de Maria Helena — Leste com o Município de Tapira — Oeste com o Município

de Umuarama e parte do Noroeste com o Município de Santa Izabel do Ivaí.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977

(aa) Wilson Fortes e Antônio Facci.

A Presidência recebe, por outro lado, requerimento lido e apresentado na tribuna pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Colocará, preferencialmente, em votação...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente, de vez que se busca o encaminhamento da matéria de uma forma mais consentânea, e como se trata de uma matéria não só polêmica, mas também política, retiro o meu requerimento, pois os autores dos projetos entraram em entendimento para o douto Plenário apreciar a matéria, como V. Exa. acaba de ler.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere. Em votação o requerimento de autoria dos Srs. Deputados Wilson Fortes e Antônio Facci.

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem, Sr. Presidente, recebido o requerimento dos Srs. Deputados Wilson Fortes e Antônio Facci, evidentemente a Assembléia deverá votar os projetos em 2a. discussão.

Sr. Presidente, parto da premissa de que os projetos não deveriam estar na Ordem do Dia, porque, em face da Lei Complementar número 46 e do Parecer normativo do Ministério da Justiça, a lei só poderá ser votada pela Assembléia depois de autorizada pelo Ministério da Justiça, encaminhada, como deveria ser, pelo governo estadual, depois de uma consulta plebiscitária, é que pode a Assembléia votar a Lei.

Não podemos criar, fazer a lei para a qual não estamos autorizados ainda.

Nessas condições, Sr. Presidente, levanto esta Questão de Ordem, porque, depois de decidido o requerimento que V. Exa. acaba de ler, ficaria mais difícil para a Assembléia, para o Presidente, para a Mesa, retirar projetos totalmente inconstitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta não acolher a Questão de Ordem de V. Exa., porquanto existe sobre a Mesa Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, aliás, da Comissão presidida com tanta sapiência pelo eminente Deputado Paulo Camargo, que diz: "O processado reúne os Projetos de Lei números 136/75 e 63/76, de autoria dos ilustres Deputados Antônio Facci e Wilson Fortes, respectivamente, que têm por objetivo a criação do Município de Douradina, desmembrado do Município de Maria Helena, com as divisas que especifica.

Depois de sofrerem exaustivos estudos de parte de diversos relatores, nesta Comissão, os projetos receberam completa instrução documental, no sentido de ajustar a matéria às exigências da Lei Complementar número 1, de 1969, que estabelece as condições mínimas para a criação de municípios.

É o que se verifica ao compulsar-se a volumosa coleção de dados comprobatórios de todas as exigências e formalidades legais, que os dois projetos ostentam.

A iniciativa está amparada em preceito constitucional e a matéria vem articulada nos termos do Regimento Interno.

Com a notória fidelidade à Lei Complementar número 1, de 1969, a propositura conta com o definitivo amparo legal, merecendo, por isso, a anuência desta Comissão.

Destarte, o parecer é pela aprovação do Projeto em epígrafe".

Assinam a maioria dos Srs. Deputados e a unanimidade dos Srs. Deputados presentes.

Ocorre, eminente Sr. Deputado Paulo Camargo, a não ser que regimentalmente o douto plenário decida em contrário,

a Presidência louva-se no parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, que dá à matéria de ser colocada em discussão e votação.

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo novamente a palavra a V. Exa. Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Evidentemente a tramitação do projeto é esta.

A Assembléia recebe, vai à Comissão que dá o seu Parecer. O Parecer estando favorável da Comissão de Constituição e Justiça, será encaminhado pela Assembléia ao Poder Executivo.

Eu vou ler.

Sr. Presidente, de início eu quero dizer que não sou contrário ao mérito do projeto.

Acho legítimo, acho que é o desejo da população e da Arena, deve ser atendido pelos Poderes Públicos.

Mas a forma processual da criação do Município é que discordo, como está este projeto em votação.

Eu vou ler, Sr. Presidente, o Parecer normativo que é o que está valendo hoje para o Ministério da Justiça. Diz o seguinte:

"Uma vez comprovado o princípio de todos os requisitos legais, antes de determinada consulta publicitária da população da área, encaminhar-se-á o processo da criação do Município ao Ministério da Justiça.

Far-se-á a remessa por intermédio dos Governos estaduais para o efeito de se pronunciarem quanto aos aspectos técnicos e os respectivos Governadores acerca de conveniência, interesse, uma vez que a apreciação da matéria pelo Presidente da República envolve ligações relacionados com os objetivos revolucionais que transcendem a simples verificação do cumprimento de exigências legais às quais constituem mínimo indispensável.

Uma vez obtida e comunicada a aprovação presidencial, proseguiria o processo de criação do Município, mediante realização de plebiscito e a posterior aprovação do respectivo projeto pela Assembléia Legislativa, e a sua conversão em Lei na sanção do Governador".

Portanto, Sr. Presidente, aprovado que foi pela Comissão de Constituição e Justiça, examinados aqueles itens mínimos que a Comissão achou que preenchia, veio à Mesa. E deveria Sr. Presidente, ser encaminhado pela Assembléia ao Sr. Governador do Estado para que encaminhasse depois de dar seu parecer também ao Ministério da Justiça, para ter autorização presidencial. Depois disto, para um plebiscito na área a ser emancipada. E, posteriormente, nós fazemos a lei. Porque não podemos fazer uma lei para a qual não estamos autorizados pela legislação vigente.

Era este apenas o aspecto técnico e não sobre o mérito da questão que acho dos mais meritórios, a criação do Município de Douradina.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Paulo Camargo, V. Exa. tem realmente uma justa preocupação.

Inegavelmente. Mas, eu perguntaria a V. Exa. qual a forma de resolver tal impasse, de vez que o projeto veio a plenário e está aprovado em 1a. Discussão?

De modo que não há, nesta posição, na situação em que se encontra este projeto, me parece, outro caminho a seguir, senão o de cumprí-lo integralmente.

Porque nós não podemos desfazer esta aprovação e me parece que não se pode encaminhar, também, ao Governador do Estado, um Projeto em 1a. Discussão.

Mas não é só isto.

Houve já um caso, um precedente com relação ao Estado

do Paraná, que deve ser lembrado neste momento:

Com relação ao Município de Francisco Alves, V. Exa. foi o legislador naquela época, que é de muitas épocas anteriores até, e deve estar bem presente na memória de V. Exa., que nós aprovamos a lei e, em seguida - se não estou equivocado - o próprio Presidente da Casa de então, Deputado João Mansur, foi à Presidência da República e, de lá, trouxe a devida autorização. Quanto ao detalhe, se foi o Presidente da Casa, ou outro ilustre membro da Assembléia Legislativa, é irrelevante e pode ser até que eu esteja equivocado com relação a isto, o Deputado Fidelcino está aqui ao meu lado, alertando-me para isto. Mas tenho esta impressão.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Deputado, o Município de Francisco Alves foi criado em 1971; ia haver eleição para Prefeitos em 1972, foi suspensa a eleição, no último dia, porque o Tribunal não admitiu, naquela ocasião. Mas o município foi criado antes, muito antes desta legislação vigente, eis que a legislação vigente é de 1975, outubro de 1975, que é o que está valendo.

O Sr. Muggiati Filho — Mas não alteramuito a legislação anterior.

O SR. PAULO CAMARGO — Não. Mas dá...

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. há de convir que esta legislação provoca, realmente, algumas dúvidas que não têm sido soluções de caráter definitivo, até o presente.

Estou aqui apenas a título de contribuição, nobre Deputado, a V. Exa., e me parece, em favor desta tese — e aproveito para deixar registrado o meu voto em favor deste aspecto, dos precedentes existentes.

O Município de Santa Rosa teve igual procedimento, desmembrado do Município de Toledo — que nos autorizam, ou, pelo menos, nos levam a que, com relação a esta Casa, quando estamos no meio do caminho e não podemos voltar atrás, que constitui matéria vencida e que a Mesa não terá condições de encaminhar ao Governador do Estado um Projeto aprovado em 1a. discussão, então, eu queria ponderar a V. Exa., apenas isto:

Primeiramente — que a presença de V. Exa. na tribuna é de suma importância, de relevante importância para que futuramente esta Casa observe o que V. Exa. está dizendo da tribuna. Mas peço a V. Exa. que, neste caso, respeitando o voto de V. Exa., V. Exa., convenha também, de que a Casa não pode voltar atrás, ou recusar o projeto — ou recusa o projeto, ou não volta atrás. E nós, animados com esses precedentes existentes, é que votaremos favoravelmente à aprovação do projeto, na esperança de que, se uma ou duas vezes assim se procedeu e chegou-se a bom termo, desta feita também, por ser interesse coletivo, por ser de interesse comum, o Presidente da República vai atender, volte, ele, a atender e que seja pela última vez, o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Deputado.

Primeiro - a aprovação em 1a. discussão, não acarreta a votação da lei, a criação do município. Podia até se ter votado em 2a. discussão. Até ajuda o encaminhamento ao Presidente da República, dizendo-se que a Assembléia já aprovou, por unanimidade, em 1a. discussão, na Comissão Técnica, Comissão de Justiça, e, depois, pela Casa, em 1a. discussão e até em 2a., se preciso for.

Encaminhou depois, antes de fazer a lei, e da qual não estamos autorizados, esta é que é a verdade.

A minha preocupação, é de não anular, vamos dizer assim, inclusive o esforço dos Deputados, que pretendem a criação do Município de Douradina.

Se existe uma norma...

O Sr. Muggiati Filho — Mas V. Exa. vai me permitir, se V. Exa. me conceder mais uma vez um aparte, de que eu possa fazer uma ponderação.

A aprovação numa discussão, na 1a. discussão, e o envio desse projeto ao Governador do Estado, desta forma, pode

suscitar, e com justa razão, ao Chefe do Poder Executivo, que, o projeto foi trancado na sua votação.

Acredito que seria mais fácil, muito mais fácil, aprovar-se o projeto nas suas discussões, encaminhá-lo ao Governador do Estado e este, então, antes de sancioná-lo, pedir autorização à Presidência da República, desde que se apresentasse uma emenda no projeto, nesse sentido.

Mas, seria uma forma, também, inusitada de legislação. Acho que mandá-la em 1a. discussão, não tem, assim, apoio legal nenhum e vai deixar essa dúvida - por que está em 1a. discussão, em 2a. discussão? O projeto não foi à 2a. discussão e aprovação?

O Governador que esperasse, se fosse o caso, ao invés de, ou sancioná-lo e encaminhá-lo sancionado porque se a Presidência da República estiver disposta a conceder a autorização, ela referenda o que foi feito. Agora, ou vai ao Governador aprovado e o Governador usa, então, dessa opção de pedir, primeiro autorização, para, depois, sancionar, ou sanciona e vai à Presidência da República para que conceda ou não, a autorização. Mas mandar, nobre Deputado, pelo meio, a tarefa legislativa, me parece imprudência, até certo ponto, porque nós vamos revelar falta de decisão, ausência de decisão, quando ela se fazia necessária.

Vamos enviar um projeto em dúvida ao Governador do Estado, porque ele entrou no processo de discussão e votação e nós temos o poder decisório do qual não poderíamos neste instante, abrir mão.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento) Apenas, a título de colaboração.

Nessas alturas, eu penso que a Assembléia poderia obstar um processo legislativo para cumprimento de um mandamento legal. Nada impede que se retire o projeto da Ordem do Dia, é um pensamento que quero expor, que se retire o projeto da Ordem do Dia e que se encaminhe a documentação para a autorização do Sr. Presidente da República, pelo Ministério da Justiça, eu acho que isso não tem prejuízo nenhum.

O SR. PAULO CAMARGO — Nem de tempo?

O Sr. Fidelcino Tolentino — Nem mesmo, porque o que vai à Presidência da República não será o projeto, ou não será a lei aprovada pela Assembléia Legislativa, e sim a intenção de se fazer a lei. Os documentos que a própria Lei Complementar exige; isto sim, está consoante aos preceitos daquele ordenamento jurídico. Depois que o Presidente, apreciando suas condições, achar por bem que deve ser criado o Município, transformado o Distrito em Município, a Assembléia poderá prosseguir no processo legislativo. Essa a ponderação que eu queria fazer, Sr. Deputado.

Isto foi, não o que acontece, mas em Cafelândia, um Distrito de Cascavel, que pretende se desmembrar, pretende se emancipar, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Accioly Neto já enviou pela Assembléia quando V. Exa. era Presidente desta Casa, e que só foi prejudicado porque foi intempestiva a apresentação ao Presidente da República. Mas não foi apreciado pela Assembléia ainda. Só pela CCJ, que viu da documentação exigida por lei e as elas foram encaminhadas, esses documentos.

Era a ponderação que eu queria fazer. Muito obrigado.

O Sr. Accioly Neto — V. Exa. me permite um aparte? — (Assentimento).

(Túmpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tão somente quer se situar, porque inicialmente deve a Presidência uma satisfação ao Plenário. A Presidência entendeu que o eminente Sr. Deputado Paulo Camargo pediu a palavra, pela ordem.

O SR. PAULO CAMARGO — E em seguida para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Perfeito. É que a Presidência estava se apressando em lhe responder a questão de ordem levantada e não entendeu bem se V. Exa. estava discutindo a matéria. Porque tinha pronta a decisão da Mesa na

questão de ordem levantada inicialmente por V. Exa.

Então, a Presidência volta a lhe conceder a palavra para discutir a matéria, e posteriormente procurará dar a sua posição.

O SR. PAULO CAMARGO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Accioly Neto — A mim parece, Sr. Deputado Paulo Camargo, que cabe inteira razão a interpretação dada por V. Exa., em matéria pertinente à criação de municípios. Não colhe o argumento o episódio da criação do Município de Francisco Alves, pelo simples fato de que o comportamento legislativo da Assembléia Legislativa, então, baseou-se em interpretação deste próprio Órgão Legislativo, da então Lei Complementar no. 46. Com a Lei Complementar no. 1, dispondo sobre a matéria, e em face das divergências de interpretação sobre se o Ato Complementar 46 estava ou não revogado pela Lei Complementar no. 01, da Justiça, a fim de ordenar o encaminhamento de processos relativos a criação de municípios, é que veio a baixar este Parecer Normativo no. 10/75. E nele se vê, claramente, a preocupação de evitar os fatos consumados, isto é, a hipótese das Assembléias Legislativas estaduais criarem os municípios através de projetos de lei, e estes se aperfeiçoarem, projetos de lei, pela sanção governamental, faltando no entanto, o requisito fundamental e básico que é a anuência prévia do Presidente da República.

E foi muito lógico este parecer. É que o projeto de lei aprovado pelo Legislativo Estadual e posteriormente sancionado pelo Presidente da República, só pode deixar de ter efeito legal através de um órgão judicial, jamais por ato do Presidente da República que não tem competência para isso.

Nós teremos, então, nos casos em que houvesse aprovação de projeto de lei criando município, sem anuência presidencial, que recorrer à via oficial para deixar sem efeito a lei, por falta exatamente do requisito essencial que é a anuência do Presidente da República. No caso concreto, ora em debate nessa sessão, fugiu-se à regra que vinha sendo adotada nesta Casa. Lembro-me que em três situações anteriores, na atual legislatura, o comportamento adotado foi aquele indicado pelo Parecer no. 10/75, do Ministério da Justiça. E os casos foram, um, já referido pelo eminente Deputado Fidelcino Tolentino, que foi a criação do Município de Cafelândia; o outro foi o do Município de Nova Santa Rosa; e ainda se encontra no Ministério da Justiça, um processo de criação do Município de Lunardelli.

Nós não podemos, discrepar agora, de um entendimento que já estava consagrado pelo Plenário desta Casa, cujos autores de projetos entenderam que deveria prevalecer, de qualquer forma, o parecer normativo do Ministério da Justiça, ainda que não fosse uma lei propriamente dita. Parece-me, portanto, ao dizer que V. Exa. está com a razão, que a solução melhor para este problema gerado com a inclusão na Ordem do Dia, em 2a. discussão, seria realmente o de suspender a matéria da Ordem do Dia, retirando e encaminhá-la ao Governador do Estado, para posteriormente ter seguimento à Presidência da República.

Era esse o aparte que eu queria dar a V. Exa.

O SR. PAULO CAMARGO — Muito obrigado a V. Exa. pelo auxílio de seu aparte, pelos esclarecimentos que deu a este Plenário.

Sr. Presidente, eu continuo pois, insistindo de que um erro ou erros que já existiam anteriormente, não justifique que esta Assembléia continue a procurar errar.

Não quero dizer que os projetos de lei já aprovados em uma discussão, não possa ser suspensa sua votação. Porque se nós devemos votar duas vezes e ainda em Redação Final, mais uma vez, poderá depois vir a autorização do Presidente da República, mas é a mesma coisa. Nós estamos perdendo ou passando para dois ou três dias, para podermos cumprir a lei, podermos cumprir os preceitos constitucionais vigentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: eu insisto em dizer que

em certos pontos por exemplo deste projeto, que não estão de acordo com o que diz a Lei Complementar no. 01, que fala em criação de município apenas no ano anterior às eleições municipais. Não me atenho ao requisito de que o município teria que ter cinco por cento, meio por cento da arrecadação geral do Estado, porque todos os municípios do Estado têm meio por cento da arrecadação. Também não me atenho ao princípio que se querendo criar um município, ou outro município de onde ele nasce, este município perca essas obrigações, de ter pelo menos meio por cento da arrecadação do Estado. Eu não estou me referindo aos méritos, mas à forma de votação por este Plenário, eu acho que seria inclusive, aberrante, que nós com uma lei, com toda legislação na mão, queremos passar por cima deles, para que com uma sanção governamental, nós apagamos todos os erros que podem ter sido cometidos durante a votação deste projeto de lei.

Sr. Presidente, é por esta razão que eu mantenho a questão daquela ocasião, para que retirasse as duas Proposituras em votação e fossem encaminhados por V. Exa., ao Governador do Estado, para que estudado por ele, seja encaminhado à Presidência da República, por intermédio do Ministério da Justiça, para que então nós possamos votar dentro da legislação, a criação do Município de Douradina.

O Sr. Muggiati Filho — Sr. Deputado, se me permite, apenas uma última observação, porque nós estamos votando uma matéria realmente importante, e procurando...

O SR. PAULO CAMARGO — Importante, pelo que virá, em consequência do que nós estamos votando. Daqui a cinco dias, nós teremos aqui 50 projetos de lei, inclusive meus, porque nós temos interesse porque se não, nós vamos criar um verdadeiro caos, da criação ou da divisão administrativa do Estado, e nós não podemos criar isso.

O Sr. Muggiati Filho — Mas parece, nobre Deputado, de conformidade mesmo com as manifestações de pensamento que estão sendo registradas na sessão de hoje, não é essa a intenção legislativa; a intenção justamente, é partir para que sejam corrigidas e aperfeiçoadas, as possíveis distorções havidas.

Mas, eu pedi o aparte a V. Exa., justamente porque não tendo aqui a Portaria Ministerial abordada por V. Exa., e pelo Nobre Deputado Accioly Neto, do Ministério da Justiça, tenho a impressão, se não estou enganado, de que esta Portaria faz referência também à criação dos distritos.

O SR. PAULO CAMARGO — Não, só município. Abandona os distritos. Fala inclusive de município, inclusive, que é fora dos distritos.

O Sr. Muggiati Filho — A exigência diz que é exclusivamente a aprovação dos municípios. Porque se assim não fosse, V. Exa. deve ter presente que nós temos, inversamente, ou melhor, a diversos casos de aprovação, temos fugido completamente do sentido normativo.

O SR. PAULO CAMARGO — Mas não acontece. A norma é só para o município e ainda toca aí, letra "a".

O Sr. Muggiati Filho — Realmente V. Exa. está informando corretamente e foi um assunto que V. Exa. não abordou.

Eu apenas tive a lembrança do problema porque ele tem relativa conexão com a criação de distrito e criação de município.

Mas era apenas para, finalmente, registrar que a intenção legislativa é realmente que a Casa passe a observar rigorosamente os preceitos da lei e que se estabeleçam entre as divergências que existem de interpretação, aquela que seja realmente, a mais próxima da perfeição.

Muito obrigado a V. Exa. por ter me concedido o aparte e me congratulo com a presença de V. Exa. na tribuna, que vem trazendo a esta Casa subsídios de relevante valor. Inclusive, pelos mais ilustrados apartes que V. Exa. provocou na sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PAULO CAMARGO — Muito obrigado, Sr. Presidente,

Srs. Deputados.

É por essa razão então, para evitar que nós tenhamos aqui inúmeros municípios, que todos nós, vamos dizer, pressionados pelas nossas regiões, para a criação, ou a transformação de distritos em municípios, criando, para o Poder Legislativo, e também para o Poder Executivo, dificuldades que não podemos admitir, inclusive atingir até onde possa chegar, é que eu queria evitar que se criasse, fora da legislação vigente, municípios dentro da Assembléia, para que proximamente venham novos municípios, novos projetos, e que tenhamos o dissabor de ver as nossas leis negadas pelo Poder Central.

Era o que tinha a falar, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência devia uma decisão ao eminente Deputado Paulo Camargo. E o Presidente confessa que tinha as mesmas dúvidas do eminente Deputado Muggiati Filho, no tocante ao parecer normativo no. 10, do Ministério da Justiça.

Entendia também o Presidente, que se exigiam as mesmas tramitações, para os projetos de lei que criavam municípios administrativos e judiciários.

Todavia, a Presidência alinhou a seguinte decisão na questão de ordem anteriormente levantada. Inicialmente, este Presidente não quer e não pode se constituir em árbitro da constitucionalidade de projetos que recebam pareceres favoráveis do órgão técnico competente da Casa.

Por isso, o Presidente não retira o projeto da Ordem do Dia. Todavia, não impede que, regimentalmente, o Sr. Deputado, por escrito, na forma do Regimento Interno, requeira a medida.

A Presidência consulta o Deputado Paulo Camargo, se deve aguardar requerimento escrito de S. Exa., e se S. Exa. já está providenciando a lavratura do requerimento.

O SR. WILSON FORTES — (Para discutir) Sr. Presidente, não pretendemos aqui abordar o aspecto mais legal da tramitação legislativa.

Queremos abordar é o aspecto mais objetivo. Porque representamos este distrito que pretendemos, eu e o Deputado Antônio Facci, através de nossos projetos de lei, transformá-lo em município, eu o represento há 12 anos nesta Casa. E sabemos das condições que o Distrito de Douradina tem realmente em ser elevado à categoria de Município.

Mas ocorre, Sr. Presidente, que de há muito tempo vem existindo uma rixa muito grande entre a sede do Município e o Distrito.

É um distrito que possui mais de 7 mil eleitores; um distrito que possui uma agência bancária com mais de 30 milhões de cruzeiros em depósitos. A sua área toda coberta de cafezais novos que são verdadeiros rios que continuam a desaguar divisas à Nação.

E o fato foi levado a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, que está apenas esperando o projeto para consultar o Ministério da Justiça, e depois, sancioná-lo, se a consulta for favorável.

Nestas condições, eu apelo à Casa que coloque em votação fazendo um apelo ao Deputado Paulo Camargo, para que não entre com esse requerimento.

Lamentavelmente, temos que comunicar à Casa, Sr. Presidente, que, somente neste ano de 1977, por divergências políticas entre Município-sede e Distrito, três horríveis homicídios já foram cometidos em Douradina, por problemas políticos, por atritos entre sede e distrito, e se for sustada essa votação, imaginem Vv. Exas., pela burocracia da coisa, quando é que iremos votar essa matéria novamente, e muitos anos irão se passar e mesmo nas próximas eleições Douradina não terá sua independência política.

Por esse motivo, que nós entendemos bem a situação daquela região, daquele município e daquele distrito, concorda-

mos: se não é o caminho ideal este, S. Exa. o Sr. Governador já concordou conosco que pretende consultar o Ministério da Justiça, logo que ele receba desta Assembléia o projeto aprovado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência regimentalmente tem que acolher o requerimento do Sr. Deputado Paulo Camargo. E o Plenário é soberano na sua decisão. Regimentalmente, a Presidência informa: o requerimento do eminente Deputado Paulo Camargo não está sujeito à discussão e, portanto, não compete também encaminhá-lo à votação. Vai portanto, ser colocado em votação o requerimento do Sr. Deputado Paulo Camargo, vasado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

No uso das prerrogativas regimentais que me são deferidas, requeiro a retirada da Ordem do Dia, dos Projetos de Lei nos. 63/76 e 136/75.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1977”.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Paulo Camargo, que pretende a retirada da Ordem do Dia, dos projetos de lei dos Srs. Deputados Antônio Facci e Wilson Fortes.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa). — Rejeitado o requerimento.

O SR. PAULO CAMARGO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. Apela aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de viabilizar a conferência de votos.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Paulo Camargo. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

18 Srs. Deputados rejeitam; 4 Srs. Deputados aprovam. Não há “quorum” para deliberação.

O SR. ANTONIO FACCI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

O Sr. 1o. Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados. (É feita a chamada) — (Pausa).

Responderam à chamada 38 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo. — REJEITADO.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. Será feita verificação de votação.

A Presidência colocará a matéria de forma inversa à consideração dos Srs. Deputados.

Apela ao Sr. Deputado Otássio Pereira e ao Sr. Deputado Lineu Turra, que auxiliem a Presidência na conferência de votos. E ao Sr. Deputado Fuad Nacli, e aos eminentes Srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Wilson Fortes.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Paulo Camargo, na solicitação de verificação de votação.

23 Srs. Deputados rejeitam; 9 Srs. Deputados aprovam. — Rejeitado o requerimento do Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo, autor do requerimento.

O SR. PAULO CAMARGO — Eu queria requerer a esta Casa, a V. Exa., ouvido o Plenário, para que a Assembléia Legislativa pedisse ao Poder Executivo a devolução dos processos que foram mandados anteriormente, para que nós possamos votar antes e depois encaminhar já votados ao exame do Sr. Presidente da República.

Nós não podemos ter dois pesos e duas medidas. Já que



temos que errar, então vamos errar em todos. E não errar, escolhendo e dando preferência a um ou outro município.

Eu pediria a V. Exa. que requeresse a devolução dos processos que foram encaminhados, de acordo com a legislação vigente, ao Poder Executivo, para que esta Assembléia possa votá-los também.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

Adverte ao Departamento Administrativo, para que do arquivo, busque cópia do expediente que encaminhou matéria desta natureza e assim proceda.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente, V. Exa. como Presidente da Casa, não pode ser o primeiro a determinar que os serviços auxiliares descubram a lei. Se a interpretação da lei recomenda que antes da votação pela Assembléia se ouça o Governador e o Presidente da República, isto é o que deve ser cumprido.

Não pode agora por uma atitude emocional da Assembléia, ser modificado o comportamento adequado que vinha sendo adotado até então. Não me parece correta, data vênica, a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência responde a questão de ordem do Sr. Deputado Accioly Neto.

O Parecer Normativo do Ministério da Justiça não confere ao Poder Executivo, prazo para falar sobre matéria desta natureza. E não pode este Poder, indefinidamente, ficar à mercê da vontade do Poder Executivo que ainda não se manifestou sobre matéria encaminhada a longo tempo. Entende que a decisão soberana deste Plenário deve servir de norma de ação da Presidência.

Em votação os requerimentos dos Srs. Deputados Wilson Fortes e Antônio Facci. Em que requerem da Mesa que receba e submeta à consideração do Plenário, a proposição anexa como substitutivo geral aos dois projetos antes citados, resultando prejudicados com sua aprovação.

Na súmula, cria o Município de Douradina... Em votação o requerimento dos eminentes Deputados. — APROVADO

Em discussão a Emenda Substitutiva apresentada aos Projetos de Lei nos. 63/76 e 136/75. Encerrada a discussão do Substitutivo. Em votação o Substitutivo. — APROVADO O SUBSTITUTIVO.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem.) Sr. Presidente desejaria que V. Exa. consignasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Será consignado o voto de V. Exa.

Com a aprovação da Emenda Substitutiva, voltará para a Ordem do Dia na próxima sessão, segunda-feira, a matéria em 3a. discussão, na forma do Substitutivo aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 100/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE RENASCENÇA, com sede e foro na Cidade de Renascença. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 110/77, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Associação Católica Santa Efigênia - Acafise, com sede nesta capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI No. 110/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a Associação Católica Filantrópica Santa Efigênia "ACAFISE", com sede nesta capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Católica Filantrópica Santa Efigênia "Acafise", fundada em 24 de fevereiro de 1972, tem seus estatutos registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Segundo Ofício desta capital, sob o no. 540, do Livro "A" de Registro de Pessoas Jurídicas, registrada junto à Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, desde a data de sua fundação, vem prestando os mais relevantes serviços sociais àquela comunidade, de forma mais desinteressada. Atendendo aos apelos do Governo para amenizar os problemas sociais existentes, aquela entidade vem desenvolvendo um trabalho de grandes proporções angariando e distribuindo aos mais necessitados, roupas, agasalhos, calçados, leite em pó, gêneros alimentícios dos mais diversos, encaminhando doentes e menores aos órgãos competentes, orientando, instruindo e estendendo suas assistências a toda a família quando necessário, sem distinção de raça, cor, ou religião, e proporcionando condições de vida sadia, física e moral, de acordo com as necessidades de cada um de seus assistidos.

Fundada em 1972, sua diretoria não é remunerada, preenchendo pois, os requisitos legais, necessários para ser reconhecida como de utilidade pública. Justo que o poder público lhe outorgue este título, para que usufrua dos benefícios decorrentes e, prossiga em suas beneméritas atividades sociais.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares a esta proposição.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER AO PROJETO DE LEI No. 110/77

De autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, o presente Projeto de Lei no. 110/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Católica Filantrópica Santa Efigênia - Acafise", com sede nesta capital.

Analisando-se o projeto, sua justificativa e a documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretenda seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 151/77, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Paraíso do Norte" com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI No. 151/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE PARAÍSO DO NORTE", com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1977.

(a) PAULO CAMARGO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços em prol dos menos favorecidos da comunidade de Paraíso do Norte, recebendo para tanto o reconhecimento público Municipal através da lei

número 72/76, de 03 de maio de 1976.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos legais para o seu reconhecimento público estadual, que ora propomos e que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI No. 151/77**

De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, o presente Projeto de Lei no. 151/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Paraíso do Norte".

Analisando-se o processo, a justificativa que o acompanha e a documentação inserida, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 155/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública o Instituto Riomafrense de Bem Estar Social do Menor - IRBEM, com sede e foro na cidade de Rio Negro. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

**PROJETO DE LEI No. 155/77**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO RIOMAFRENSE DE BEM ESTAR DO MENOR — IRBEM, com sede e foro na cidade de Rio Negro.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme se insere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competentes; os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração; está em regular funcionamento há mais de um (01) ano, e presta relevantes serviços à coletividade, notadamente no que diz respeito ao bem estar do menor marginalizado.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração dos nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI No. 155/77**

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, o presente Projeto de Lei no. 155/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Riomafrense de Bem Estar do Menor, com sede e foro na cidade de Rio Negro.

Analisando-se o processo, a sua justificativa e a documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da próxima sessão, o Projeto de Resolução no. 313/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Starepravo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a tramitação do Projeto de Resolução no. 372/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei no. 133/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de regozijo dirigido à Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná, pela iniciativa da realização do I Painele de Jornalismo que se promove nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à dupla sertaneja "Tonico e Tinoco", que completa 35 anos de vida artística dedicada ao rádio, cinema e televisão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Deputado Otássio Pereira, que completa 25 anos de radiofonia, neste Estado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de apelo, no sentido de que haja por bem determinar a liberação, até o próximo dia 20 de dezembro, do pagamento aos municípios, da 2a. parcela da quota de participação no produto da arrecadação do ICM. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando sejam enviadas cópias ao Sr. Governador do Estado, Secretário do Planejamento e Secretário dos Transportes, do inteiro teor do pronunciamento feito nesta data, em Sessão Plenária. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando a revogação do regime de urgência aprovado para o Projeto de Lei no. 120/74. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos para a inclusão no plano asfáltico de 1978, do trecho que liga Jataizinho: Rancho Alegre. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, lido da tribuna, solicitando o envio de telegrama ao Sr. Presidente da República, bem como aos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor Geral do DNER, em forma de apelo, visando a inclusão da duplicação da BR-369. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Ministério do Trabalho, enfatizando a necessidade da reabertura de inscrições para o registro de jornalistas. — Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Finanças, consubstanciado em pedido de informações sobre quais os instrumentos legais que estabelecem e disciplinam o inter-relacionamento havido entre o fisco e contribuinte, e o que determinam. — APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere. De forma inversa, colocará à consideração do Plenário, o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Quatorze Srs. Deputados aprovam, seis Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Apenas para merecer de V. Exa., que me defira a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Acham-se presentes 25 Srs. Deputados, conseqüentemente não há quorum para deliberação no Plenário.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Assistimos no decorrer de uma semana, dois fatos de interesse da Região Metropolitana de Curitiba.

Primeiro, a realização do Simpósio sobre a Região Metropolitana, promovido pelo Diretório Municipal da Arena. Segundo, a visita do Presidente Ernesto Geisel, com a assinatura de diversos convênios, beneficiando o município, com repasse de verbas federais.

No Simpósio que a Arena promoveu, ficou evidenciado que se faz necessária a vitalização da estrutura da Região Metropolitana de Curitiba, como entidade promotora do desenvolvimento integrado da área da Capital.

Vejam as leis e princípios que regeram a criação das Regiões Metropolitanas para dar nossa contribuição ao estudo do assunto, como Deputado da Região Metropolitana de Curitiba.

Em primeiro, temos a Lei Complementar Federal no. 14, de junho de 1973, que instituiu as diversas Regiões Metropolitanas, ligadas às maiores aglomerações urbanas do País.

Depois, como documento básico informador da Região Metropolitana de Curitiba, temos a Lei Estadual no. 6517, ou de 04 de janeiro de 1974.

Esta Lei criou a COMEC — Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, organismo presidido pelo Governador do Estado e secretariado pelo Secretário de Estado do Planejamento, com um Conselho integrado por representantes dos municípios da área e um funcionário executivo principal, seu Coordenador.

A COMEC visa dar substância à idéia de região metropolitana. Sua tarefa principal é, segundo a lei:

"Promover, elaborar, aprovar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado da Região;

Coordenar os serviços comuns de interesse metropolitano, empreendidos pelo Estado e Município da Região".

Quais são esses serviços? A própria Lei explica:

"Reputam-se como serviços de interesse metropolitano, o saneamento básico, o uso do solo, o transporte, o sistema viário".

A Aliança Renovadora Nacional, Partido ao qual pertencemos, defende em sua Programação, a importância das Regiões Metropolitanas, como um nível de atuação político-adminis-

trativa intermediário entre o Município e o Estado. Serviços de interesse comum existem que não se esgotam, em um só município, mas não chegam a interessar o Estado como um todo; essas atividades devem ser com sucesso concentradas sob uma entidade especial, que é a Região Metropolitana.

Neste sentido devemos reconhecer que, hoje, dada a estrutura tributária do País, só a União Federal possui recursos para financiar programas de investimento de grande porte, tanto para os Estados, Regiões Metropolitanas, quanto municípios.

A realidade é que recebe financiamento aquela estrutura pública que possua melhores projetos. O Município de Curitiba, com um sistema de planejamento amadurecido no IPPUC, logrou receber milhões e milhões dos cofres federais. Mas tais recursos são utilizados exclusivamente a nível municipal, beneficiando apenas a Capital.

O que os moradores da Região Metropolitana pedem, é uma vitalização da COMEC, para que sejam elaborados Planos Viários e outros estudos para serviços de interesse comum, beneficiando todas as 14 comunidades municipais da grande Curitiba, com a finalidade principal de proporcionar a todas elas condições ideais para um desenvolvimento acentuado, contínuo e estável, com bases sólidas e reflexos positivos em suas economias, pelo aproveitamento natural de suas riquezas e o seu escoamento facilitado, no que eles contribuirão com uma parcela bastante expressiva para o progresso de nosso país.

Para se alcançar o objetivo principal do organismo em referência, há necessidade imperiosa e urgente de se implantar um plano viário adequado e compatível à melhor circulação de veículos utilizados para o mencionado desenvolvimento, compreendendo no caso, um anel rodoviário, pelo qual se ligarão todos os municípios da Região, bem como facilitará o seu acesso às rodovias-tronco, ligando-os ainda, o que é mais importante, a todas as regiões do País, por mais longínquas que sejam.

Irá, o anel rodoviário, ora sugerido, permitir uma ligação contínua, entre outros dos municípios de Almirante Tamandaré a Colombo, daí a Campina Grande do Sul e de lá a Quatro Barras, e desta a Piraquara, daí a São José dos Pinhais, depois a Mandirituba, passando por Araucária, indo até Campo Largo, daí a Rio Branco do Sul e em seguida a Almirante Tamandaré, fechando o anel.

Os municípios em referência, uma vez tornado realidade o anel rodoviário, terão rápida comunicação com a rodovia do Xisto, com destino a União da Vitória, com a BR-116, com destino a Rio Negro e São Paulo, com a BR-376, com destino a Joinville, com a BR-476, com destino a São Paulo, via Ribeira, com a PR-092, com destino a São Paulo, via Jaguariaíva, com a PR-090, com destino a São Paulo, via Piraí do Sul, com as BRs-272/376, com destino a Ponta Grossa e, também, com a Rodovia dos Minérios, além da BR-277, que liga Paranaguá e ao Oeste Paranaense.

Estas ligações evitariam que os veículos que se encontrassem numa rodovia, tivessem que vir até Curitiba para atingir outra rodovia, e então, com o anel, passariam.

Somente desta forma, passariam a fazê-lo pela nova ligação. Exemplo: o veículo pela BR-116 de São Paulo, para atingir a Auto Estrada de Paranaguá.

Há que se apontar, com destaque, o desafogo no tráfego nas vias municipais de Curitiba, congestionadas em alguns pontos devido ao grande fluxo de veículos em trânsito, além do fator mais importante que seria a economia resultante do consumo no combustível.

Assim, justo seria que se desse a importância que está a merecer a implantação do anel rodoviário em questão, o que viria a proporcionar um impulso de progresso e desenvolvimento em todos os municípios, além, naturalmente, dos postos de serviços, restaurantes e outras casas de comércio localizadas nos pontos estratégicos na área metropolitana.

Desta forma, considerada a importância de tal obra para

a economia e progresso dos municípios que compõem a Região Metropolitana, é oportuno e necessário que as autoridades responsáveis pelo setor rodoviário, no Estado, se preocupem em programar a realização de obra tão relevante, em várias etapas, com o início imediato das obras em trajetos considerados prioritários, levando-se em conta o grau de importância de cada área abrangida pelo plano viário no consenso geral da região.

Assim, face à importância da obra em questão aliada ao espírito dinâmico e progressista de nosso ilustre Governador Jayme Canet Júnior, embuído do firme propósito de desenvolver condignamente o nosso Estado, colocando-o em lugar de destaque no cenário nacional, não vemos porque não se deva incluir a realização dessa obra no corajoso e arrojado plano rodoviário estadual, que merece todos os nossos aplausos, pela sua importância capital para os destinos do Paraná.

É primordial apressarmos a implantação definitiva da estrutura da Região Metropolitana, para que ela possa desfrutar de verbas federais disponíveis e cumprir sua finalidade constitucional, — melhorar o padrão de vida do milhão e meio de brasileiros que residem nesta Região da Grande Curitiba.

Somente desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com a criação do anel rodoviário, é que se justificaria a existência da Região Metropolitana de Curitiba, que foi criada pela Lei Estadual 6.517 de 04 de janeiro de 1974, cujo objetivo principal é a promoção e controle do planejamento integrado da Região Metropolitana, coordenando os serviços de interesse comum, empreendidos pelo Estado e Municípios da Região, cujos serviços, entre outros, destaca-se o sistema viário."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro). — Com a palavra o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Município de Ubatã novamente se encontra em convulsão política.

A Comissão Especial de Inquérito criada pela Câmara Municipal constatou alarmantes irregularidades praticadas pelo prefeito na administração municipal. O parecer da Comissão Especial de Inquérito foi aprovado por 2/3 da Câmara Municipal em todos os seus itens.

Pelo conjunto de itens relacionados constata-se que o prefeito atual de Ubatã tem o vício de manipulação de cheques e depósitos de dinheiro.

A CEI foi criada pela Resolução 01/77, de 20 de outubro de 1977, que assumiu a incumbência de investigar denúncia oferecida pelo eleitor Flávio Pagotti, concernente a vultosas quantias que apareciam nos balancetes da Prefeitura Municipal de Ubatã, sob a rubrica "Saldo em Caixa".

Esse saldo, no mês de setembro, acusava a importância de Cr\$ 772.499,76, que se encontrava nos cofres da Prefeitura, quando o normal era que estivesse depositado em estabelecimento bancário. Mas não só isso; a constatação foi relacionada com o crescente débito da Prefeitura, ante o conhecimento público das pressões dos credores municipais e o descalabro do sistema de iluminação pública da cidade.

O rol das irregularidades e infrações cometidas na Administração Municipal tem as seguintes particularidades:

1 — No balancete realizado em 30 de setembro do corrente ano o numerário em "Caixa" atingia a vultosa importância de Cr\$ 772.449,76.

2 — Iniciada a investigação da CEI, em outubro, a situação mudou: a) Saldo em Caixa Cr\$ 9.136,00; b) Saldo em bancos: Cr\$ 1.011.824,79. Mas, apurando o levantamento, a Comissão Especial verificou que o saldo real era de Cr\$ 826.183,67, faltando o montante de Cr\$ 185.641,12.

Ficou evidenciada a rápida manipulação do dinheiro, passando da Caixa para bancos a importância registrada de

Cr\$ 763.363,76, em apenas 21 dias, assim que foi feita a denúncia e criada a CEI.

Constatou-se por boletins de caixa de depósitos bancários que "existiam dois depósitos": — um no Banestado — Conta ICM, no valor de Cr\$ 47.952,75; e outro no Banestado — Conta Fundepar 01, no valor de Cr\$ 149.860,37, perfazendo o total de depósitos de Cr\$ 197.813,12. No entanto, foi verificado que esses depósitos não eram reais; simplesmente não existiam porque não foram efetivados.

Nos registros municipais, em expediente número 279/77, fala-se em "adiantamentos" a terceiros. E se comprova ilegalidade com duplo significado: a Prefeitura não pode manter em caixa cheques recebidos de terceiros sem efetuar os descontos no mesmo dia da emissão. Também é proibido pelo Artigo 68, da Lei número 4.320, a Prefeitura efetuar adiantamento. E aparece o cheque número 213.990, emitido pelo servidor municipal Júlio Tavares da Silva, no valor de Cr\$ 27.063,00, com alegação do tesoureiro: "Contrapartida de numerário, por conta de seus serviços prestados a esta municipalidade".

E a CEI pergunta: "Ora, como pode ocorrer semelhante operação, se ele é credor da Prefeitura? Além de credor ainda emite cheque a favor do Município?"

Exemplo idêntico é o de Ademir Tomaz de Lima, filho do digníssimo Prefeito Municipal, que emitiu o cheque de Cr\$ 27.917,71 a favor da Prefeitura.

É de observar-se, ainda, que quase todos esses cheques datam dos dias 20, 21 e 22 de outubro último, justamente quando as rapidíssimas manobras de Caixa foram realizadas pelo Prefeito Municipal, devido à denúncia e à criação da CEI.

Mas, isto ainda não diz tudo. Outra irregularidade mostra que seu Thomaz Izidro de Lima mandou contabilizar como despesas pagas muitas contas de que não existe quitação por parte dos credores. Há dúvidas de que seja esta, efetivamente, a irregularidade, pois se não foram pagas, teriam sido manobras para baixar o saldo de caixa e alguém é depositário secreto do numerário.

Porém, isto ainda não diz tudo. Foram pagos Cr\$ 500.452,01 sem verba. É o que se constata dos documentos analisados. Os empenhos excederam os limites de crédito e não houve os empenhos prévios legais.

A respeito, o Sr. Paulo Pereira Moura, contador, se recusou a assinar a relação, que pressurosamente o Tesoureiro João Rodrigues do Nascimento após seu sinete e assinatura.

A situação da documentação é totalmente irregular, demonstrando a infringência dos dispositivos legais, pois na coluna "saldo anterior" não aparece dotação orçamentária, nem na de "saldo atual" o saldo remanescente.

Nas ordens de pagamento nada se entende, pois os documentos são confusos, deixando de esclarecer a que se referem; e até duplo empenho.

E se seguem licitações irregulares, práticas ilegais de outro tipo com a manipulação das contas e os registros competentes. Ainda, seguro pessoal do prefeito e entrega de numerário a vereador para "aquisição de peças para adaptação de motor diesel, em caminhão desta municipalidade"; e a outro vereador para atuar em consertos municipais.

E ainda mais: O prefeito pagou a uma firma o transporte de 189 tubos de um metro de diâmetro, de Campo do Mourão a Ubatã, ao preço de Cr\$ 36.570,00, de frete. E, por último, para não prolongar fastidiosamente, todos os tipos de irregularidades foram perpetradas pelo prefeito municipal de Ubatã, da manipulação de verbas, à escrituração incompetente senão fraudulenta. Dos negócios de amigos e parentes à liberalidade com as finanças públicas. Até empréstimos que tomou do Município; e o misterioso emprego de cimento e outros materiais de construção em quantidades assombrosas; e que acabaram não conferindo com o material empregado. A contratação de fornecimentos de combustível, com a média mensal de Cr\$ 90.00000

num posto da cidade; tudo para uma frota minúscula.

Senhores Deputados:

Não deveria estar enumerando irregularidades, mas já fizemos anteriores denúncias sobre o nepotismo e a incapacidade administrativa do prefeito Tomas Izidro de Lima. Mas ele tem defensores; tem a proteção do comando político. Pegou a corda e se enroscou; está a enforçar-se na árvore da honestidade e probidade.

Agora, já não se trata apenas de nepotismo e incapacidade administrativa. A Comissão Especial de Inquérito pegou

caça mais grossa. Acredito que já não baste a destituição do prefeito. Devem seguir-se ações de outro tipo, abrangendo outros nomes. E o assunto poderá terminar numa prosaica delegacia de polícia."

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.